

Itaituba **Pará - PA**

Histórico

Os fundamentos históricos do município de Itaituba estão ligados à conquista do português.

A primeira expedição que atingiu a região, onde se encontra o atual município, foi a do Capitão Pedro Teixeira, em 1626. Em seguida, chegaram os jesuítas que ali fundaram vários aldeamentos, após Francisco da Costa Falcão ter iniciado a construção do forte, na foz do rio Tapajós, em 1697.

Os aldeamentos, então criados, desenvolveram-se. Em 1754, o Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na condição de governador civil, afastou os jesuítas da direção das aldeias fundadas na zona dos Tapajós e elevou-as à categoria de vila denominada Santarém da aldeia dos Tapajós. Com esse ato, o vale do rio Tapajós ficou sob o domínio do Grão-Pará.

Desconhece-se precisamente, quando foi originado o município. Sabe-se, porém, que em 1812 já existia o lugar com o nome de Itaituba, cujo desbravador e fundador fora o Coronel Joaquim Caetano. Nessa ocasião, era um entreposto com barracas acompanhando as instalações comerciais.

Em 1836, para lá foi enviado um pequeno destacamento do posto de resistência Brasília legal, fundado no mesmo ano, em decorrência do banditismo desenvolvido na Província do Grão-Pará. Em 1856 Itaituba tornou-se sede do município, cuja instalação ocorreu em 1857. Com a Proclamação da República, em 1900, obteve foro de cidade.

O topônimo, de origem tupi, significa lugar de pedregulhos. Os habitantes locais recebem a denominação de itaitubenses ou tapajonios.

Gentílico: itaitubense

Formação Administrativa

Elevado à categoria de vila com a denominação de Itaituba, pela lei provincial nº 266, de 16-10-1854. Sede na antiga povoação de Brasília Legal.

Pela lei provincial nº 290, de 15-12-1856, transfere a sede da povoação de Brasília Legal para a povoação de Itaituba. Reinstalada em 03-11-1857.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Itaituba, pela lei estadual nº 684, de 23-03-1900.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

Pelo decreto estadual nº 78, de 27-12-1930, é extinto o município de Itaituba, ficando o território sob administração direta do Estado do Pará.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura sob administração direta do Estado.

Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Itaituba, pela lei estadual nº 8, de 31-10-1935.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece constituído de 3 distritos: Itaituba, Brasília Legal e Igapó-Açu.

Pelo decreto-lei estadual nº 2972, de 31-03-1938, é extinto o distrito de Igapó-Açu, sendo seu território anexado ao distrito sede de Itaituba.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Itaituba e Brasília Legal.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 2460, de 29-12-1961, foram criados os distritos Jacaréacanga e São Luiz do Tapajós. Sob a mesma lei estadual acima citada, desmembra do município de Itaituba o distrito Brasília Legal. Elevado à categoria de município com a denominação de Aveiro.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Itaituba, Jacareacanga e São Luiz do Tapajós.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988.

Pela lei estadual nº 5691, de 13-12-1991, desmembra do município de Itaituba o distrito de Jacaréacanga. Elevado á categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

|1900, obteve foro de cidade.